



ASCENSÃO E DECADÊNCIA DE UMA FEIRA NOS MOLDES COOPERATIVISTAS: UM OLHAR A PARTIR DO COTIDIANO

RISE AND DECLINE OF A STREET MARKET IN THE COOPERATIVE MOLDS: A LOOK FROM THE EVERYDAY LIFE

ASCENSIÓN Y DECADENCIA DE UNA FERIA EN LOS MOLDES COOPERATIVISTAS: UNA MIRADA A PARTIR DEL COTIDIANO

Josiane Barbosa Gouvêa, MSc

Universidade Estadual de Maringá /Brazil

josidapper@hotmail.com

Elisa Yoshie Ichikawa, Dra.

Universidade Estadual de Maringá/Brazil

eyichikawa@uem.br

RESUMO

O presente estudo visou analisar como se deu o processo de ascensão e declínio de uma cooperativa de pequenos produtores rurais. A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo os dados analisados através da análise de discurso de linha francesa. Pudemos notar, através dos resultados obtidos que, mesmo em um ambiente cooperativo, prevalece a ideologia do capitalismo. Desde o processo de concepção da cooperativa disputas de poder e busca por crescimento individual conduziram as ações dos envolvidos, culminando com o desmembramento de suas unidades.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cotidiano; Poder.

ABSTRACT

This study aimed at evaluating how was the process of rise and decline of a cooperative of small farmers. The research is qualitative in nature, and the data were analyzed by using the analysis of speech according to the French approach. We could notice, by the results, that even in a cooperative environment, the ideology of capitalism prevails. Since the process of designing the cooperative power struggles and search for individual growth led the actions of those involved, culminating with the dismemberment of its units.

Keywords: Cooperative movement; Everyday life; Power.

RESUMEN

El presente estudio visó analizar cómo ocurrió el proceso de ascensión y declinación de una cooperativa de pequeños productores rurales. La pesquisa es de naturaleza cualitativa, siendo los datos analizados por medio de análisis del discurso de la línea francesa. Pudimos notar, a través de los resultados obtenidos, que, mismo en un ambiente cooperativo, prevalece la ideología del capitalismo. Desde el proceso de concepción de la cooperativa, disputas del poder y busca por el crecimiento individual condujeran las acciones de los envueltos, culminando con el desmembramiento de sus unidades.

Palabras clave: Cooperativismo; Cotidiano; Poder.

1 INTRODUÇÃO

O que o olhar para o cotidiano de uma organização cooperativa pode revelar? Integração entre os membros? Busca por alcançar objetivos coletivos? Em um primeiro momento poderíamos responder a estas questões de maneira positiva. As cooperativas são organizações que visam o crescimento conjunto, a ajuda

mútua e por este motivo seus membros trabalham para que os interesses coletivos prevaleçam aos individuais. Dizemos que estas são as respostas que poderíamos dar em um primeiro momento, uma vez que sabemos que há tempos as cooperativas não mais têm sua visão voltada aos princípios que as consolidaram. Tratam-se hoje de organizações capitalistas, travestidas do discurso cooperativo.

Mas, e se vinculada a uma organização cooperativa, encontrarmos uma feira de pequenos produtores rurais? Poderíamos pensar então que as respostas, desta vez, seriam positivas, afinal apenas nas grandes cooperativas o objetivo do crescimento conjunto não é levado em consideração. Pequenos produtores rurais, por sua vez, em virtude de sua dificuldade de inserção no mercado unem as suas forças para juntos alcançarem seus objetivos. Ao analisar as feiras livres, o que se vê são estruturas, muitas vezes informais, supostamente sem a gestão formal vivenciada nas estruturas organizacionais tradicionais. Mas será que é realmente o que acontece?

A gestão cooperativa surge em meados do século XIX, a partir do movimento socialista, contrário à organização econômica mundial que vinha sendo formatada, baseada na visão capitalista. Sustentava, portanto, que o trabalho conjunto poderia trazer bons resultados a quem não tivesse condições de, individualmente, concorrer no mercado, bem como permitiria aos indivíduos se manterem sem que fosse necessário que trabalhassem nas fábricas. Conforme salienta Lechat (2008), tratava-se de tentativas dos trabalhadores de recuperarem seu trabalho e autonomia, obedecendo a valores como igualdade e democracia.

Os indivíduos, em seu cotidiano, como nos apresenta Certeau (2000), utilizam-se de microrresistências para escaparem ao formalmente estabelecido. Diante disso, o autor afirma que as micropráticas e microrresistências exercidas pelas pessoas em seu dia a dia influenciam e alteram o cotidiano no espaço em que atuam. Podemos entender que o sistema cooperativo foi uma das tentativas dos indivíduos resistirem ao ideal capitalista que tomava grandes proporções no período de sua concepção?

O presente estudo objetiva, portanto, compreender as ações dos indivíduos, bem como as relações de poder que determinaram a ascensão e declínio de uma feira livre constituída através dos moldes cooperativos. Esta análise terá como suporte teórico o conceito do cooperativismo e as modificações sofridas pelo mesmo no decorrer do tempo bem como a abordagem de micropráticas e microrresistências apresentada por Certeau (2000) em seus estudos acerca das ações do indivíduo em seu cotidiano. Após apresentarmos o referencial teórico que conduzirá nossas reflexões, serão explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa e, ao final, as respostas encontradas em campo, seguidas das considerações finais acerca do estudo ora proposto.

2 A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES COOPERATIVAS DESDE SUA CONCEPÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

O conceito de que o ser humano conseguiria alcançar melhores resultados a partir da realização de atividades de maneira conjunta não é novo. Ele esteve presente ao longo da história da humanidade desde os períodos mais remotos. No entanto, a visão de cooperativismo de maneira sistematizada, ou seja, com formas de atuação e princípios definidos inicia-se a partir das cooperativas modernas. Estas instituições se consolidaram no decorrer dos séculos XIX e XX como uma opção para pessoas ou empresas de pequeno porte que não possuíam condições de se posicionarem no mercado de forma competitiva individualmente. Conforme salienta Schneider

(2012, p. 254), estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. Esta força estabelecida nas organizações cooperativas desde seu início se deu em virtude de que era premente buscar, naquele período, alternativas para aqueles que se viam subjugados à ordem capitalista estabelecida e que sozinhos não conseguiam encontrar saída para suas dificuldades.

Assim, diante da abordagem de união de forças defendida pelas cooperativas, estes indivíduos vislumbraram uma nova possibilidade, a partir da qual acreditavam que conseguiriam um posicionamento diferenciado no mercado que não seria possível se mantivessem as suas atividades de maneira isolada. Para que possamos compreender melhor como esta estrutura cooperativa foi desenvolvida e os fatores que fizeram com que tomasse as formas que hoje conhecemos, é preciso que seja resgatada um pouco de sua história.

Conforme apresenta Crúzio (2005), o primeiro registro que se tem de uma organização com princípios cooperativos data de 1844, em Rochdale na Inglaterra, quando um grupo de trabalhadores, demitidos de seus empregos, criaram um armazém no qual comercializavam produtos para seu consumo, a fim de conseguirem, desta forma, garantir a sua sobrevivência. É preciso, no entanto, que se tenha clareza de que, apesar de serem os principais precursores do modelo cooperativo, os operários de Rochdale não foram os seus “inventores”, uma vez que já estavam sendo realizados diversos estudos em relação a esta temática naquele período. Pinho (1980, p. 22) afirma:

Nenhum movimento social de relevante importância, surge sem a caracterização das teorias e difusão das ideias e, não é justo, creditar-se exclusivamente aos pioneiros de Rochdale a formulação do ideário cooperativista e a normatização dos princípios que deram base à doutrina do movimento.

Desta maneira, pode-se observar que o movimento cooperativista não possui um idealizador, mas surge a partir de tentativas de contensão da evolução do modelo capitalista que ganhava força naquele período. No entanto, mesmo entre os responsáveis por tais tentativas, havia divergências de ideias e pontos de vista. Diante de tal realidade, a perspectiva da cooperação em sua concepção foi apresentada através de abordagens teóricas distintas, quais sejam o socialismo utópico e o marxismo, chamado também de socialismo científico.

Na primeira abordagem, na qual se destacam nomes como Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, se acreditava ser possível uma sociedade baseada no direito natural, que seria construída sem a necessidade de uma revolução. Ou seja, vislumbrava-se uma adaptação pacífica do modelo capitalista ao ideal socialista. Conforme salientam Moraes e outros (2011), a organização produtiva que surgiu a partir das formas cooperativas no socialismo utópico, pretendia tirar os operários da situação de opressão a que estavam submetidos. Logo, a classe operária se viu disposta a buscar um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas, em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração (SINGER, 1999, p. 73).

As ideias apresentadas pelos socialistas utópicos propunham, portanto, uma adaptação do mesmo ao sistema capitalista. Diante desta perspectiva, Robert Owen, considerado pai da cooperação moderna (CAMPOS, 2009), intencionava implantar ideias que em sua visão eram de cunho socialista em paralelo ao modelo capitalista vigente. Para provar que tal empreitada seria possível, iniciou sua própria indústria. Conforme salienta Oliveira (1984), Owen proporcionou melhores condições de trabalho aos operários de sua fábrica, tanto dentro do local de trabalho quanto fora dele, auxiliando-os na aquisição de artigos de consumo e melhoria das casas em que viviam.

De acordo com Dias (1987), Owen era um indivíduo de ação e, por isso, contribuiu para a formação de inúmeras cooperativas e sindicatos. Segundo Singer (1999, p. 70), o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica

O ideal cooperativo apresentado por Fourier, por sua vez, estava pautado em uma perspectiva romantizada do trabalho. Conforme afirma Singer (2002), acreditava que o trabalho, por si só, deveria ser agradável e atrativo e, a partir disso, idealizava que as pessoas poderiam desempenhar atividades que de fato gostassem, sem se importar com a remuneração. De acordo com Campos (2009), Fourier apresentou em suas obras as ideias que defendia em relação à cooperação. Entre as quais, estava a proposta de criação de agrupamentos sociais que possibilitassem a organização da vida em comum. Para que esta ideia fosse colocada em prática, Fourier criou os chamados falanstérios. Beer (2006, p. 415), apresenta que os falanstérios seriam locais administrados dentro de normas cooperativistas. Eram para Fourier livres associações de capitalistas, operários e administradores.

Entendemos, desta forma, que Fourier acreditava em uma sociedade na qual os indivíduos se tornariam cooperados de forma espontânea e buscariam realizar atividades que estivessem de acordo com as suas afinidades sem, necessariamente, acabar com a propriedade privada. Esta visão do cooperativismo originou as principais críticas ao posicionamento de Fourier.

Outro nome que merece destaque ao falarmos dos socialistas utópicos é Saint-Simon. De acordo com Beer (2006), Saint-Simon não era socialista, mas um economista liberal que acreditava ser necessário que os patrões auxiliassem os operários. Para ele os patrões deveriam ser protetores natos dos operários em suas fábricas (SAINT-SIMON, 1819, *apud* BEER, 2006, p. 421). Para Saint-Simon, portanto, a união entre patrões e empregados se fazia fundamental a fim de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e regulamentar as relações entre capital e trabalho sem, no entanto, alterar a estrutura capitalista e as relações de mercado. Para Dias (1987), o sistema social defendido por Simon teria como fundamentos para sua implementação a persuasão e a educação doutrinária.

A doutrina dos socialistas utópicos, conforme salienta Campos (2009), visava a emancipação dos trabalhadores frente à exploração a que estavam submetidos. No entanto, os utópicos pretendiam transformar o capitalismo, sem qualquer embate. Como salienta Singer (1999), a oposição ao industrialismo se mostrava inviável. Para tanto, restava aos trabalhadores desenvolverem um projeto através do qual seus objetivos fossem alcançados, “através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores” (SINGER, 1999, p. 89).

Esta maneira de ver a cooperação suscitou muitas críticas, especialmente de autores do chamado socialismo científico, dentre os quais destacam-se Karl Marx e Rosa de Luxemburgo. Conforme salienta Silva (2011), o modelo criado pelos socialistas utópicos estava muito distante da realidade dos trabalhadores. Os utópicos acreditavam que as aldeias cooperativas poderiam ser implantadas em qualquer tempo e sob quaisquer condições, o que pode ser percebido posteriormente, não seria possível. Assim, o seu “mundo ideal” foi arruinado pela realidade que se tornava cada vez mais presente naquele período, qual seja, a hegemonia do sistema capitalista.

Ao contrário do que acreditavam os socialistas utópicos, os representantes do chamado socialismo científico não viam uma maneira de implantar o modelo cooperativista sem que houvesse uma verdadeira

revolução social. Para eles, não havia possibilidade de construção de uma sociedade justa sem a completa eliminação da economia de mercado. Diante desta abordagem, as proposições apresentadas como formas de lutar contra o capitalismo, vistas anteriormente, eram tidas como tendo um sentido puramente utópico (MARX; ENGELS, 2007, p. 86).

Para Rêgo e Moreira (2013), Marx via nas cooperativas alternativas para se passar do capitalismo para uma sociedade de economia socialista. Via, portanto, as propostas de atividades cooperativas de maneira positiva, uma vez que poderiam fazer com que os trabalhadores se unissem em busca de um objetivo comum. Para o autor, “[...] não se trata somente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si mesma, uma força de massas” (MARX, 1983, p. 260).

No entanto, esta perspectiva de união de forças para o alcance de objetivos comuns não era o que prevalecia nas organizações cooperativas à época. Marx (1983), percebendo as características das organizações que estavam sendo instituídas, teceu duras críticas. Ele entendia que, da forma como vinham sendo constituídas, as cooperativas nada mais eram do que instrumentos de fortalecimento do sistema capitalista vigente, através do uso da mão-de-obra dos operários. Marx (1983) considerava que as cooperativas, para conseguirem atender ao propósito ao qual haviam sido constituídas, teriam que atuar de forma a representarem uma verdadeira força contra o capitalismo. Ele afirma:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardid; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo (MARX, 1983, p.197).

Podemos perceber, diante de tal afirmação que Marx considerava que as cooperativas poderiam atuar como frente de combate ao capital, desde que não desvirtuassem os seus preceitos. Conforme salienta Harvey (2013), Marx não vê a cooperação, tampouco a divisão do trabalho, de maneira negativa. Pelo contrário, entende que o movimento socialista teria necessidade das mesmas para se estabelecer adequadamente. O que Marx tenta mostrar é como essas potencialidades positivas são apropriadas pelo capital para seu benefício particular e transformadas em algo negativo para o trabalhador (HARVEY, 2013, p. 171).

Assim como Marx, Luxemburgo (1999), também acredita que a transformação da sociedade se daria apenas pela supressão do modo de produção capitalista não por um estabelecimento progressivo do socialismo como sugeriam os utópicos. A autora percebia as cooperativas, inseridas no contexto capitalista, como instituições híbridas, nas quais alguns passavam a liderar as decisões. Logo, exerciam a função do patrão capitalista para atender as necessidades do mercado, não exercendo o ideal do cooperativismo que visa crescimento e tomada de decisões coletivas.

Rosa de Luxemburgo percebeu ainda que a produção advinda das cooperativas era em quantidade irrisória, diante da capacidade do capital. Desta forma, as mesmas acabavam por ser dominadas pelo processo de troca capitalista. Logo, a produção das cooperativas era, na verdade, determinada pelo capital. Diante disso, como salienta a autora, a cooperativa possui dois caminhos: adquire os traços da empresa capitalista ou dissolve-se (LUXEMBURGO, 1999). Novaes (2011, p. 125), corrobora este posicionamento ao afirmar: a maioria das cooperativas se arruína e as que conseguem sobreviver reproduzem no seu interior todas as práticas do sistema.

No Brasil, por sua vez, o conceito de organização cooperativa surgiu em meados de 1888, pois havia necessidade de mudança estrutural a partir da abolição da escravatura (GAWLAK; RATZKE, 2010). Os modelos de cooperativas, no início de sua implantação em nosso país foram diversos, no entanto, por volta de 1906 surge a primeira atividade cooperativa vinculada às atividades agrícolas. Esta forma de organização foi se fortalecendo e sendo ampliada no Brasil e hoje é responsável por grande parte da movimentação econômica do país, ainda que muito pouco dos motivos pelos quais as cooperativas foram instituídas se mantenha em sua forma de atuação contemporânea (PINHO, 1982).

Como mencionado, as cooperativas no que concerne a seu princípio de atuação, em tese, diferem-se das organizações tradicionais tanto em sua constituição, quanto em seus objetivos. Isto se dá porque as duas formas organizacionais citadas estão inseridas em ambientes diferentes, uma vez que, enquanto estas têm por objetivo apenas a maximização de resultados a partir da gestão, aquelas devem também pensar e promover ações a partir de uma perspectiva social, de ajuda mútua e controle democrático (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

Entretanto, o que se vê atualmente é que as ênfases das cooperativas atuais – assim como das demais empresas – são maximizar seus resultados econômicos e se manterem competitivas no mercado. Por vezes, atuam a partir dos princípios instituídos para as cooperativas em sua concepção, no entanto, na execução de suas atividades e posicionamento de mercado, não mais se distinguem das empresas capitalistas tradicionais. Conforme salienta Oliveira (2006), os documentos estão concatenados aos princípios de cooperação, enquanto as ações estão distantes deles. Logo, vê-se uma aceitação conceitual e uma negação prática. Entendemos assim que hoje, diferente do ocorreu no início do movimento de cooperação, estas organizações não estão apenas inseridas no ambiente do capitalismo, mas lutando para se manterem fieis a seus propósitos doutrinários. Estão sim, completamente familiarizadas ao capital e são parte integrante deste universo.

Desde as primeiras concepções de cooperação, não houve qualquer ameaça ao sistema hegemônico, uma vez que desde o início ocorreu um processo de adaptação e não de confronto. Assim, as organizações cooperativas nunca sinalizaram qualquer possibilidade de se tornarem uma ameaça ao sistema capitalista. Logo, conforme salienta Singer (2004, p. 9), desde a primeira Revolução Industrial, o capitalismo esteve no comando do desenvolvimento sem, no entanto, excluir formas alternativas de desenvolvimento. Entendemos que, mesmo que pareça, este fator não demonstra um ato altruísta das organizações ou dos representantes do capital, a fim de que os excluídos do sistema possam também alcançar seus objetivos pessoais. Temos sim, novamente, uma maneira de o capitalismo atender a seus próprios interesses, estimulando ou freando as outras frentes de atuação, conforme lhe convém (SERRA, 1987).

Apesar desta apatia das organizações cooperativas, em relação ao seu posicionamento no sistema capitalista, autores de cunho socialista continuam pesquisando opções para a manutenção do sistema solidário, bem como, para que o mesmo consiga uma posição de maior destaque no cenário econômico. Dentre tais autores destaca-se o nome de Paul Singer. Para este autor as ações de cunho socialista, que o mesmo denomina atualmente de Economia Solidária (SINGER, 2004), surgiram como reação contra as injustiças que afloravam juntamente com o desenvolvimento capitalista. As organizações solidárias – das quais as cooperativas são as principais representantes (SINGER, 2002) – conforme salienta o autor, diante da opressão capitalista, visam um desenvolvimento mais justo, a fim de que benefícios e prejuízos sejam repartidos de maneira mais equilibrada (SINGER, 2004). Logo o movimento socialista atual não pretende abolir o capitalismo, mas a determinação de

normas e controles a fim de que “ninguém seja excluído da economia contra sua vontade” (SINGER, 2004, p. 12).

Singer (2004) entende que a Economia Solidária, estabelecida no interior da estrutura capitalista, seria esta possibilidade de implantação de ideias sociais no mundo contemporâneo. A alternativa de convivência entre organizações cooperativas e empresas capitalistas tradicionais é, a partir desta perspectiva, perfeitamente aceitável. Para o autor:

[...] os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados (SINGER, 1999, p. 113).

Esta perspectiva é para o autor uma renovação do socialismo (SINGER, 1999), uma vez que a sucumbência do capitalismo parece um horizonte distante de ser alcançado. Silva (2011) salienta que as ideias apresentadas por Singer se identificam, claramente, com o ideal apresentado pelos socialistas utópicos, mais especificamente, por Owen. Entendemos que o cooperativismo, hoje, busca atuar nas brechas deixadas pelas organizações tradicionais, sem qualquer ambição de alteração da estrutura econômica e social na qual o mundo está inserido. São, como apresenta Singer (1999, p. 112), implantes socialistas nos interstícios do capitalismo. Vê-se, portanto, que retornamos ao ponto de partida. Temos, em nosso meio, organizações de cunho social, que, no entanto, apenas reproduzem o estabelecido pelo sistema econômico vigente. Enquanto isso, o capital se mantém hegemônico e imune a qualquer ameaça.

É possível perceber em nosso dia a dia que o capitalismo se instaurou de maneira incontestável, sobrepondo-se totalmente a esta ideologia proposta pelo modelo cooperativista. Conforme salientam Barreto e Paes de Paula (2009), os valores do sistema capitalista têm invadido a vida das pessoas. Em nosso entendimento, é essa perspectiva que fortalece o discurso de que o sistema cooperativo pode ser mantido no interior do capitalismo sem que isso provoque qualquer dificuldade para ambos. É cômodo, neste sentido para cooperativas e cooperados justificarem possíveis ações – contrárias ao conceito de cooperativismo – uma vez que não há necessidade de alterações profundas na estrutura de vida das pessoas, bem como na estrutura das organizações cooperativas.

Desta forma, as ênfases das cooperativas atuais, assim como das demais empresas, são maximizar seus resultados econômicos e se manterem competitivas no mercado. Pinho (1982) já acenava para essa realidade ao afirmar que o movimento cooperativo tendeu ao desvirtuamento por conta deste novo modelo cooperativo que se apresenta, no qual estas instituições abandonaram o modelo social em favor do econômico. Desta forma, estas deixaram de ser associações de pessoas em busca de um objetivo comum e passaram a ser complexas organizações sociais, atuam a partir dos princípios instituídos para as cooperativas em sua concepção, no entanto, na execução de suas atividades e posicionamento de mercado, não mais se distinguem das empresas capitalistas tradicionais. “Na nova fase, ao se consolidarem como grandes empresas híbridas acabaram se distanciando de suas bases sociais gerando, como consequência, uma série de ambiguidades que vão caracterizar sua nova forma de atuação” (SERRA, 2009, p. 144-145).

A partir de tais considerações podemos perceber que das cooperativas em atuação no mercado atual, poucas são as que ainda buscam sustentar em algum ponto os fundamentos sociais que as originaram. Acreditamos, porém, não haver nenhuma delas que consiga adequá-los totalmente à sua realidade. Ao

cooperado, por sua vez, restaria acatar a nova configuração e passar a trabalhar não mais para o crescimento conjunto, mas para o desenvolvimento da cooperativa.

Este “acatar a nova configuração”, no entanto, pode não ocorrer de maneira passiva. Para Barreto e Paes de Paula (2009, p. 203), a consciência por parte dos indivíduos das armadilhas criadas pela economia capitalista poderia culminar no surgimento de empreendimentos solidários originais, ou seja, aqueles que funcionam de acordo com a proposta da Economia Solidária. No entanto, o que se vê é que cada vez mais os indivíduos se deixam levar pelos discursos dominantes, mesmo ao tentarem se desvencilhar dele. A literatura mostra que é possível perceber que os indivíduos têm condições de desenvolver microrresistências em seu cotidiano, a fim de, mesmo de forma sutil, opor-se ao imposto. No entanto, entre a possibilidade de ação e a efetivação da mesma há um longo caminho. Vejamos o que nos apresenta Michel de Certeau sobre as micropáticas e microrresistências cotidianas.

3 MICROPRÁTICAS E MICRORRESISTÊNCIAS NO FAZER COTIDIANO

É essencial, nos ambientes em que nos inserimos, que voltemos o nosso olhar para as propostas que nos são apresentadas. Ao olharmos com cuidado o que ocorre ao nosso redor poderemos perceber que diversas estratégias são desenvolvidas objetivando cercear as ações dos indivíduos em nome da manutenção de uma determinada ordem social. Tais estratégias buscam a manutenção das relações de poder e dominação e, por vezes, são desenvolvidas sem que sequer nos demos conta, ou seja, somos coniventes com tais práticas pelo simples fato de estarmos alheios ao que, por detrás, determina que sejam realizadas. Os indivíduos, porém, através de sua inventividade cotidiana, têm a possibilidade de criar microrresistências que permitem que os mesmos, de alguma maneira, se oponham ao formalmente estabelecido.

Conforme afirma Certeau (2000) existem movimentos de microrresistências, que por sua vez, determinam microliberdades, mobilizam recursos e, a partir disso, deslocam as fronteiras de dominação que é mantida sobre a multidão anônima. Assim, Duran (2007) afirma que os fazedores do cotidiano constroem a sua própria história, apesar dos protocolos que lhes são impostos. O que se espera a partir das microrresistências, portanto, é o deslocamento das fronteiras de dominação a fim de que os indivíduos possam também exercer o poder, ainda que informalmente.

O cotidiano se fundamenta a partir de processos de rupturas de uma realidade já existente, uma vez que as práticas cotidianas, por vezes, não são realizadas de acordo com as leis e normas socialmente estabelecidas. Para Certeau (2000), as práticas de resistência se dão pelos elementos de dominação estabelecidos pelos “fortes” em relação aos “fracos”. Estes, por sua vez, se utilizam de tais práticas a fim de se desvincularem de alguma maneira desta dominação, mesmo que as estratégias de resistências não sejam sequer percebidas de maneira clara pelos que detêm o poder, tendo em vista que, em muitos casos, a resistência se dá de maneira sutil, velada. Como afirmou Certeau (2000), trata-se de escapar ao poder, sem no entanto, deixá-lo, ou seja, são ações que não manifestam claramente a rejeição ao poder estabelecido, mas que de alguma forma possibilitam aos indivíduos atuarem de maneira independente.

Compreendemos, desta maneira, que a partir da visão de Certeau (2000), qualquer estratégia de dominação é incompleta, uma vez que quando existe dominação, existem também as práticas de resistência que

visam quebrá-la. Isto se dá, pois os indivíduos não são capazes apenas de reproduzir ações, mas também de transformá-las, a partir de suas práticas cotidianas. Ou seja, os indivíduos, através de suas ações particulares, muitas vezes contrárias ao formalmente estabelecido, criam e recriam o cotidiano, a partir de suas próprias regras e normas, ainda que informais.

A partir de tal perspectiva, Santos (2004) destaca que as pessoas, por vezes, não se subordinam ao que foi instituído. Isso faz com que, frequentemente, apresentem manifestações contrárias às regras. Logo, essas “táticas”, “astúcias” ou “práticas desviantes” dos consumidores se constituem como uma antidisciplina. Ou seja, são buscados pelos sujeitos do cotidiano caminhos alternativos para driblar as regras impostas. Certeau (2000) salienta que o objetivo de estudar as microrresistências é perceber porque, diante da dominação exercida, nem todos se submetem a ela. Que procedimentos populares jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los (CERTEAU, 2000). Diante deste contexto, Sousa (2002, p. 132) apresenta:

Instrui-nos Certeau, na cultura ordinária, cotidiana, “a ordem é jogar”, isto é, por meio da astúcia, driblar o sistema, fingir seu jogo. O sistema? Este às vezes “fecha os olhos”. Assim, no próprio interior da ordem instituída, anuncia-se a resistência à reprodução uniformizante.

Entendemos desta maneira, que nas práticas cotidianas os sujeitos fazem uso de processos formalizados que por vezes podem ser empregados como fonte de opressão ao mais fraco para criarem os seus mecanismos de resistência. Não se utilizam, porém de alardes para manifestá-los, esta ação é silenciosa, por vezes, imperceptível. Logo, para que seja possível perceber tais ações é imprescindível estarmos dispostos a compreender, através da proximidade, os encaixes que aos poucos manifestam o todo da figura das práticas cotidianas. É isso que a análise do cotidiano propõe, foi isso que buscamos encontrar ao estudar as ações realizadas pelos indivíduos na feira gerenciada a partir do conceito da gestão cooperativa.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de desvendar o contexto organizacional da instituição cooperativa pesquisada, bem como as micropráticas cotidianas desenvolvidas pelos indivíduos que nela atuam, realizamos uma pesquisa que, em relação à sua natureza classifica-se como qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Godoy (1995), por sua vez, destaca que o foco dos estudos qualitativos parte de interesses amplos que vão sendo desenhados no decorrer do processo da pesquisa.

Tendo em mente que em estudos realizados com o cotidiano, não há possibilidade do pesquisador se manter desvinculado de seu lócus de pesquisa, utilizamos a observação participante para a execução desta pesquisa. Conforme salienta Angrosino (2009, p. 17), a observação participante é um modo de pesquisar que coloca o pesquisador no meio da comunidade que ele está estudando. De acordo com Serva e Jaime (1995), a observação participante ocorre em uma situação de pesquisa na qual observador e observado ficam frente a frente e o processo de coleta de dados ocorre no ambiente natural de vida dos observados. Estes deixam de ser vistos como objetos de pesquisa, mas são vistos como sujeitos em interação para um dado projeto de estudos.

Durante a realização das observações, os dados coletados foram transcritos em um diário de campo, uma vez que nos estudos relacionados ao cotidiano todos os detalhes são importantes. Pudemos perceber, claramente, que estão nos detalhes escondidas as riquezas da vivência cotidiana. No período de realização das observações, fevereiro a maio de 2014, foram realizadas também as entrevistas com os “fazedores” do cotidiano da feira. Entrevistamos treze feirantes que nos auxiliaram a compreender o processo de formação da feira; a maneira como os mesmos se relacionam com a cooperativa, no que diz respeito às regras estabelecidas, bem como, se consideram que a mesma atende a seus anseios.

Consideramos ser importante também ouvir os gestores da cooperativa, bem como as pessoas que participaram de sua constituição, e ainda hoje mantêm vínculos com a instituição. Buscamos, para isso, contato com os profissionais da EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, a fim de “reconstruir” a história a partir dos diferentes indivíduos que a compõem. Duas entrevistas foram realizadas nesta instituição. No entanto, para o presente estudo, utilizamos as informações que nos foram apresentadas por um dos técnicos, o qual participou de todo o processo de constituição da cooperativa, acompanhando-a até o processo de desmembramento.

A partir do exposto, para a compreensão dos dados obtidos, consideramos ser a análise de discurso o método adequado. Utilizamos para tanto a análise de discurso (AD) a partir da escola francesa, que tem em Michel Pêcheux (1995) seu principal expoente. O referido método tem por objetivo compreender o processo de construção do conhecimento da sociedade por meio da linguagem. De acordo com Orlandi (2013, p. 15), [...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Desta maneira, é possível perceber que quando se fala de análise de discurso, o que se pretende compreender é o sentido do que é dito, indo, portanto, além do que é falado. Foi isso que buscamos compreender no estudo que ora apresentamos.

5 PERCORRENDO O CAMINHO: AS INVENÇÕES COTIDIANAS NA FEIRA LIVRE GERENCIADA ATRAVÉS DOS MOLDES COOPERATIVOS

Chegado o momento da nossa imersão no ambiente da feira livre, foi preciso observar, analisar, interpretar e buscar compreender cada detalhe das ações tomadas. Logo, o foco não estava nos produtos lá comercializados, mas sim, nos gestos, palavras e ações daqueles que de alguma maneira estão vinculados ao dia a dia da feira.

5.1 Conhecendo a feira livre

A feira objeto deste estudo é constituída de pequenos produtores rurais que comercializam artigos produzidos em suas propriedades, tais como frutas, hortaliças, legumes, cachaça, vinho, embutidos, carnes, café, entre outros. A feira possui algumas características que a difere das feiras livres tradicionais. A primeira delas diz respeito à maneira de gestão da mesma, realizada através da estrutura cooperativa. Outro fator está relacionado à periodicidade da feira, uma vez que a mesma ocorre diariamente com horário de atendimento comercial. Em virtude disso, não é possível a realização da mesma no ambiente da rua, como é praxe nas feiras tradicionais. Outra característica que também nos chamou a atenção é que na feira os produtos não são comercializados pelos produtores, mas por funcionários contratados para tal.

Um dos motivos que nos levaram a escolher esta instituição para o desenvolvimento deste estudo foi o fato de se tratar de uma feira, constituída através da gestão cooperativa e que envolvia cinco municípios do oeste do estado do Paraná, quais sejam, Cafelândia, Corbélia, Matelândia, Missal e Nova Aurora. Logo, nos interessou saber como se dava o fazer cotidiano a partir desta realidade, de que forma a cooperativa iniciou suas atividades e como era sua gestão. Em virtude do tempo que tínhamos disponível para a realização da pesquisa, optamos por manter nosso foco no município de Nova Aurora. Nele era mantida a sede da cooperativa e, portanto, abrigava todas as ações de gestão desta e das demais unidades. Entendemos que para encontrarmos as respostas que procurávamos em relação à estrutura formal de gestão cooperativa em consonância com as ações dos indivíduos em seu cotidiano, este seria o ambiente propício.

5.2 A feira livre: de sua constituição à forma de atuação através da gestão cooperativa

Para conseguirmos compreender o funcionamento da cooperativa e a maneira como as atividades são desempenhadas nesta estrutura, bem como o que pode ter levado ao desmembramento, consideramos que seria importante entender como ocorreu o processo de implementação da mesma. Para tanto, buscamos reconstruir a história da cooperativa.

No início de suas atividades, a feira ocorria na rua, como sugere o conceito tradicional de feiras livres. Conforme apresentado pelo presidente da cooperativa, aqui denominado João: “Olha, de início, começou com feiras de rua, aos sábados. O produtor vinha e vendia na rua os produtos”. Neste modelo, os produtores mantinham contato direto com os consumidores que frequentavam a feira. No entanto, como ocorre em grande parte das iniciativas dos pequenos produtores rurais, os mesmos foram influenciados pelos membros da EMATER a pensar a possibilidade da realização de uma feira permanente. De acordo com o técnico desta entidade, a ideia surgiu a partir de uma iniciativa desenvolvida no município de Missal:

(001) [...] a evolução foi a seguinte, lá em Missal, um colega lá, ele tirou da rua e colocou num ambiente lá, sabe? Numa sala, entende? Num local, a feira da rua. E seria uma feira permanente, abre às 8h e fecha às 6h da tarde, um comércio. O produtor trazia a produção e deixava lá pra comercializar. Tinha a funcionária, a atendente, né? E o modelo deu certo e nós trouxemos pra Nova Aurora o bom exemplo lá de Missal. Aí nós tínhamos a nossa feira permanente, feira do produtor, permanente, aqui no centro da cidade, vinculada à Associação dos Pequenos Produtores de Nova Aurora, esse era o nome, antes ainda do advento da Lei da Agricultura Familiar.

Pudemos perceber, no fragmento discursivo acima, que inicialmente a ideia era organizar um local de comércio para os produtos da agricultura familiar, não havendo intenção de realizar tal atividade a partir da organização cooperativa. Entendemos que está implícita no discurso uma perspectiva importante, qual seja, o descontentamento da EMATER em manter a feira na rua. Ao dizer que trouxe para Nova Aurora o “bom” exemplo de Missal e que era necessário colocar a feira da rua “em um local”, o técnico da EMATER transparece tal visão, no entanto, não a enuncia claramente.

O advento da Lei da Agricultura Familiar apresentada no fragmento 001 relaciona-se à nova regulamentação que estabeleceu diretrizes para as políticas da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Antes da formação da cooperativa, os agricultores estavam organizados em uma associação de produtores. Foi através desta associação que os produtores abriram a sua feira permanente (extinguindo a feira de rua), no entanto, deixaram de vender os seus produtos, uma vez que foram contratados funcionários para fazê-lo. Após

um período de atuação da feira permanente gerenciada pela associação de produtores, é implementada a Lei 11.326 de diretrizes para a agricultura familiar que estabeleceu que associações não poderiam mais realizar atividades comerciais. Desta maneira, havia a necessidade dos produtores buscarem outra forma de organização. Foi quando surgiu, a partir da EMATER, a ideia da cooperativa.

Aqui identificamos uma influência muito forte da instituição sobre os produtores que, inicialmente não queriam a cooperativa. Houve então um processo de convencimento, como apresenta o técnico da EMATER com quem conversamos:

(002) Bom, aí nós começamos a estudar a possibilidade de construir uma cooperativa, tá... agora, ela tinha que ser uma, é... os agricultores precisavam querer, querer uma cooperativa. [...] Eles não entendiam que uma cooperativa, pela legislação, ela pode ser a reunião, organização, no mínimo de vinte produtores. Vinte produtores, pessoas físicas, podem constituir uma cooperativa. E trabalhar em conjunto! E cooperativa ela é um... ela tem objetivo social, mas a vocação dela é o econômico. Ela é um negócio! Ela é um negócio! (Técnico EMATER).

Ao dizer que os agricultores precisavam querer uma cooperativa, fica subentendido que caberia à EMATER convencê-los de que deveriam optar por isso. Outra frase que chama a atenção é “eles não entendiam”. Era preciso, portanto, que alguém os fizesse entender e esse personagem que está oculto neste discurso é, novamente, a EMATER. Neste fragmento discursivo, fica explícito ainda que o discurso cooperativista é utilizado apenas como pano de fundo para a atuação empresarial. Ele aparece quando o enunciador se refere ao trabalho conjunto e ao objetivo social da cooperativa. No entanto, a ênfase maior está no fato de dizer e repetir que se trata de “um negócio”. Tal abordagem corrobora o que foi apontado por Serra (2009), quando o autor argumenta que à medida que as cooperativas passam a ser vistas como empresas híbridas, se distanciam de suas raízes. O que, em nosso entendimento, chama a atenção neste aspecto é que ver a cooperativa como uma empresa não causa qualquer incômodo ou estranhamento aos envolvidos, ou seja, é uma posição tida como válida.

Em outro trecho da mesma entrevista, o técnico da EMATER novamente explicita alguns dos argumentos utilizados para convencer os produtores de que a cooperativa era, naquele momento, a melhor opção para dar continuidade à comercialização dos produtos por eles produzidos nas propriedades rurais. O método utilizado foi mexer com o emocional dos produtores, senão vejamos:

(003) Aí começamos a desenvolver com eles o seguinte, não é a cooperativa... o sócio da cooperativa, é a cooperativa dos sócios! Eu sou o sócio da cooperativa, quer dizer, isso é passivo, né? Eu sou da cooperativa, não... a cooperativa é do produtor, ela é meio... e começamos a desenvolver uma certa consciência (Técnico EMATER)

Neste fragmento discursivo, novamente a figura da EMATER aparece como “instrutora” dos produtores. Tal perspectiva é manifestada na frase, repetida duas vezes pelo enunciador: “começamos a desenvolver”. Quem faz esse trabalho de “desenvolver” é a instituição, busca de alguma maneira convencer o produtor de que a cooperativa é a melhor solução. No diário de campo destacamos a impressão que tivemos em relação a este processo de convencimento: “tratou-se de mexer com a emoção dos produtores, tentando demonstrar que eles seriam os proprietários da cooperativa. Assim, aqueles que se veem em posição de inferioridade, tem a possibilidade de se sentir valorizado de alguma maneira” (Diário de Campo).

Entendemos ainda, que a ideologia capitalista se apresenta explicitamente neste fragmento discursivo. Os léxicos “passivo” e “ela é meio” está atrelado a esta perspectiva. Ao pensar “somos sócios da cooperativa”,

está implícito o ideário da cooperação, afinal, todos devem trabalhar para que a cooperativa alcance bons resultados, uma visão passiva de acordo com as palavras do enunciador. Ao inverter esta lógica e dizer a cooperativa dos sócios a forma de ver a ação dos mesmos em relação à cooperativa também se inverte. Agora, é a cooperativa, que é de propriedade dos sócios, que deve garantir a eles bons resultados. Passa a ser, portanto, meio para que possam alcançar os seus objetivos. Percebe-se aqui que para os cooperados a organização cooperativa é apenas um trampolim que possibilita que os mesmos alcancem objetivos individuais. Imbricados no capitalismo podemos ver que, como salientam Barreto e Paes de Paula (2009), que os valores deste sistema invadem as suas vidas e condiciona suas decisões, uma vez que a ideia da cooperativa passa a ser interessante a partir do momento em que percebem que poderão obter vantagens econômicas a partir dela. Isso fica claro para eles quando a cooperativa é apresentada como sendo de sua propriedade.

Destarte, ao alterar a maneira do produtor enxergar a cooperativa dizendo que a cooperativa que é dos sócios e não o contrário, a EMATER conseguiu alcançar o seu objetivo de convencer os agricultores de que estavam optando pelo melhor, afinal de contas seriam os proprietários do negócio – como a cooperativa é vista pelos mesmos. De acordo com o autor tomado por base neste artigo ao falarmos de cotidiano – Certeau (2000) – os indivíduos têm possibilidade de agir ativamente no cotidiano, ainda que por pequenos períodos de tempo. No entanto, em relação à EMATER, o que percebemos foi uma total passividade dos produtores. Os mesmos aceitam as “sugestões” ou determinações da entidade sem qualquer questionamento ou tentativa de possibilidades alternativas. Desta forma, a EMATER, livremente, envolve os produtores através de suas estratégias e os conduz a partir dos interesses que a mesma possui, sem grande preocupação com o interesse dos cooperados.

Após um período de discussões, os produtores “optaram” pelo modelo cooperativo, com a participação de diversos municípios, para manterem as suas atividades através da feira permanente que havia sido constituída. Era preciso então iniciar o processo de implantação e gerenciamento. Qual o município seria a sede da cooperativa? Como seria composta a diretoria? A partir das entrevistas realizadas, bem como em conversas mantidas durante a execução de atividades na feira, fomos buscar tais informações.

(004) Eu vou te falar, nós juntamos seis ou sete municípios... não lembro agora de cabeça. Foi colocado o nome de cada município num copinho e uma criança foi tirar, aí saiu Nova Aurora. Foi feito no papelzinho, porque todo mundo, todo prefeito queria que o seu município fosse a sede da cooperativa, tá... todo município queria que fosse, a sede, fosse naquele município. Mas saiu pra Nova Aurora (Produtor Claudio).

(005) Nova Aurora ficou sede, por sorteio. Nem foi análise técnica, cada uma podia ser. Sorteamos e deu Nova Aurora pra ser o município sede (Técnico EMATER).

(006) Não! Nova Aurora como sede não foi questão de... porque Nova Aurora é mais bonita, mais... não foi por causa disso não. No dia da reunião pra definir a sede, todo mundo queria. Aí o que foi que se definiu? Vamos fazer por sorteio e o sorteio deu Nova Aurora. Foi por isso, por sorte... poderia ser Cafelândia, Catandubas, Matelândia, mas deu Nova Aurora (José – Gestor da cooperativa).

Os enunciados destacados acima indicam de que maneira foi realizada a composição da cooperativa e a escolha do município sede. No fragmento 005, no qual fala o técnico da EMATER, aparece apenas que não foi realizada qualquer análise e que, como qualquer um dos municípios poderia ser sede, houve sorteio para definição. Ficam silenciadas, portanto, as questões políticas que envolveram o processo. No fragmento 006 elas aparecem, no entanto, estão implícitas, uma vez que o gestor da feira apenas afirma que todos queriam ser sede –

referindo-se aos municípios que compunham a cooperativa naquele momento. O fragmento 004, por sua vez, as explicitam ao dizer que “todo prefeito queria que seu município fosse a sede da cooperativa.” Outras afirmações que serão apresentadas posteriormente, também indicarão que as questões políticas entre os municípios interferiram na maneira como as atividades da cooperativa foram desenvolvidas, inclusive em relação ao desmembramento decidido em assembleia extraordinária no último mês de março.

Ao pensar no ideal do conceito de cooperação, pudemos perceber que, desde o início, os produtores estavam buscando mais vantagens individuais do que o crescimento coletivo. Tal fato confirma a perspectiva apresentada por Quaresma Jr, Peixoto e Carrieri (2013), quando afirmam que a convivência do cooperativismo com a realidade cotidiana, na qual impera o modelo capitalista, deixa transparecer a dificuldade que encontra em lidar com questões vinculadas ao individualismo e competição. A cooperativa era, portanto, uma opção interessante para que pudessem continuar a comercialização de seus produtos em uma feira permanente, no entanto, assumir a responsabilidade pela condução das atividades não era o objetivo dos produtores. Desta maneira, a cooperativa tornou-se um local em que o produtor consegue garantir a comercialização de seus produtos, de maneira contínua, sem precisar ir, por conta própria, em busca de clientes. Temos aqui a nítida impressão de estarmos falando de fornecedores de empresas capitalistas. Mas não! Estamos falando de cooperados que se utilizam da cooperativa para melhorarem suas condições. Neste sentido, tem-se novamente a perspectiva de Marx (1983) ao dizer que só será possível uma verdadeira implantação do modelo cooperativo, através da supressão do modelo capitalista. Temos consciência de que conforme salienta Singer (2002) isso não é possível, no entanto, entendemos que se as bases conceituais fossem levadas à cabo, pelo menos pelos indivíduos diretamente envolvidos nos ambientes cooperativos, poderíamos dizer que, em parte, o modelo socialista, implementado através do modelo da cooperação teria alcançado seus resultados. Não é isso que as ações práticas dos cooperados pesquisados nos mostram.

Esta característica foi citada por muitos como sendo a principal vantagem da atividade cooperada que desenvolvem.

(007) Eu faço meu produto, entrego aqui e fico tranquilo. E todo dia 10 do mês, tem o recebimento aqui. Então não merece de eu pegar e me preocupar se estou vendendo ou não, alguém tá aqui cuidando. E os compradores vem aqui. Então, eles já sabem os dias que entregam, tudo certinho, então é sem preocupação... a vantagem é essa (Produtor Pedro).

(008) Olha, assim... porque tu deixa teu produto aqui, o freguês vem e tem quem atende, quem comercializa esse produto, se tu não participa da cooperativa e quer fazer isso, tu tem que fazer tudo... tem que dispor de tempo pra produzir, pra vender, pra correr atrás do freguês e a cooperativa faz isso, né, pra gente, então é ótimo (Produtora Maria).

(009) A primeira vantagem que eu acho que é uma vantagem... tem gente que pergunta pra mim: por que que vocês não vendem particular? Vocês não precisam pagar as porcentagens, né... eu falo: só a vantagem de eu não ter que tá de porta em porta, pra mim a principal vantagem é essa (Produtora Regina).

É possível afirmar, portanto, através dos fragmentos 007, 008 e 009, que a comodidade dos produtores de deixarem os seus produtos na cooperativa e poderem retomar as suas atividades diárias, sem a preocupação com as vendas é um dos fatores que mais os atrai a manterem-se cooperados. Retomamos aqui o dito por Pinho (1982), quando fala sobre o desvirtuamento do movimento cooperativo ao afirmar que tais instituições abandonaram o modelo social da cooperação em favor do fator econômico. Apresentamos tal perspectiva, pois

nas entrevistas que realizamos com os cooperados, bem como através da observação de suas atitudes quando estavam no ambiente da feira, pudemos perceber de maneira clara que em suas falas e ações quase não aparece o aspecto de crescimento conjunto, mas predomina a perspectiva do lucro individual. O presidente da cooperativa também falou sobre este aspecto na entrevista que realizei com ele:

(010) É o seguinte, eu sendo cooperado, que nem eu falei, eu entrego a minha produção aqui e vou trabalhar. Se eu sou individual, eu tenho que correr atrás pra vender. Se eu quiser passar para o mercado, eu tenho que ir no mercado, se eu quiser vender para o consumidor, tenho que sair de porta em porta. Então é difícil. É... muitos ainda optam por isso, porque nós temos um custo aqui, né! (João – Presidente da Cooperativa).

Diante das afirmações apresentadas pelos produtores, percebemos que, acima de qualquer visão coletiva, a cooperativa permite certa comodidade ao cooperado, como salientado pelo Sr. João no fragmento discursivo 010 e por outros produtores nos discursos anteriores. Entendemos que o importante para estes produtores é o trabalho no campo, a fim de suprir as suas necessidades e aumentar a sua renda. Torna-se, portanto, cômodo aos agricultores comercializarem os seus produtos através da cooperativa. Novamente destaca-se aqui a impossibilidade de identificar as ações da cooperativa a partir de características que visem o bem estar social. Se na perspectiva apresentada por Singer (2004) manter a economia solidária no interior do capitalismo seria importante pela possibilidade de implantação de ideais sociais no mundo contemporâneo, na organização em questão, o que se sobressaiu foi a perspectiva da busca de vantagens individuais. Até que ponto, então, os ideais cooperativistas estavam presentes e serviam de referência às ações dos cooperados dentro e fora da cooperativa? Apesar de buscarmos respostas a este questionamento na organização pesquisada, uma vez que buscava-se perceber nas ações dos cooperados algo que, de alguma maneira, os vinculasse ao conceito de cooperação, foram poucas as vezes em que isso ocorreu.

A partir da maneira como a cooperativa foi concebida, bem como da visão que os produtores têm da mesma – apenas um instrumento para alcançarem objetivos individuais – a instituição não conseguiu, manter-se nos mesmos moldes em que foi criada. Iniciou-se um processo de disputas de poder entre os envolvidos que culminou no desmembramento da cooperativa, conforme destacaremos a seguir.

5.3 O processo de desmembramento das unidades da cooperativa

Desde o primeiro dia em campo, um assunto era recorrente dentro da cooperativa, qual seja, a iminência do desmembramento de suas unidades a fim de que cada uma atue de maneira independente. Em nossas primeiras conversas com o gestor da feira, ao falarmos da estrutura da cooperativa – até aquele momento, ainda acreditávamos que se tratava de uma cooperativa com sede em Nova Aurora e outras unidades no oeste do Paraná – ele já falou da possibilidade da separação das unidades. Mas quais os motivos para tal desmembramento?

As respostas foram aparecendo aos poucos, e só ao final da coleta de dados ficaram realmente claras. Em princípio, nos pareceu estar vinculado à resistência das unidades em seguir as normas estabelecidas, tema que foi mencionado diversas vezes pelo presidente da instituição: “cada associação quer continuar a fazer as coisas como fazia quando atuava de maneira independente” (Diário de campo).

No entanto, após alguns dias de trabalho, outra perspectiva apareceu em relação ao tema. Na entrevista que realizamos com o presidente da cooperativa, ele salientou que os custos para a diretoria se deslocar até Nova Aurora eram altos, o que estava prejudicando as atividades, senão vejamos:

(011) Há um movimento, do pessoal dos municípios, eles tão achando que seria mais interessante desmembrar e fazer a cooperativa individual em cada município, né? Mas isso aí não vai atrapalhar o nosso trabalho, acredito eu, né? [...] a diretoria nossa hoje é composta por membros de cada unidade, você imaginou, de Missal pra vir aqui numa reunião, que é uma reunião por mês, só de pedágio, combustível, e a pessoa também não pode trabalhar de graça, tem uma série de presença e coisa e tal, então o custo é alto. Então, nesse sentido até eu acredito que ajuda, o desmembramento (João – Presidente da Cooperativa).

Neste depoimento o presidente da cooperativa apresentou que o motivo pelo qual os membros das demais unidades estavam buscando o desmembramento está vinculado com a distância em relação à sede e a necessidade de encontros mensais entre os integrantes da diretoria. Ao dizer que “há um movimento”, fica implícito na fala do Sr. João que esta tendência não é unânime entre os cooperados. Porém, durante o período em campo, pudemos notar nitidamente que o movimento foi adquirindo força no decorrer do tempo, até culminar com a efetivação do desmembramento, no período final da pesquisa. Podemos perceber aqui que no cotidiano, assim como nos apresenta Certeau (2000), os indivíduos desenvolvem microrresistências a fim de subverter a ordem previamente estabelecida. Desta maneira, mesmo fazendo parte de uma organização cooperativa, não foram poucas as vezes que pudemos ouvir e ver falas e ações que manifestam resistência às normas e procedimentos formais – como o gestor nos apresenta agora, quando diz que “há um movimento que busca o desmembramento”. No entanto, através do que vimos em campo, as resistências apresentadas pelos cooperados, bem como pela instituição cooperativa, eram motivadas pela busca de melhores resultados individuais. Como dito anteriormente, a ideologia do capitalismo está fortemente impregnada na cooperativa.

Analisando ainda o discurso enunciado no fragmento 011 é possível perceber que a cooperativa é tida como uma empresa aos quais os componentes da diretoria prestam serviços e, em virtude disso esperam algum retorno. Isso foi explicitado pelo Sr. João ao falar dos altos custos de deslocamento para que os mesmos possam participar das reuniões. A frase “a pessoa também não pode trabalhar de graça” evidencia esta forma de pensamento.

Ao conversarmos com o gestor da feira sobre a questão do desmembramento, em princípio este também apresentou a incompatibilidade de ações e a necessidade de padronização como razão para a separação das unidades. No entanto, no final de sua explanação um detalhe nos chamou a atenção e nos fez perceber que poderiam haver outros fatores envolvidos, ele nos disse:

(012) Bom, o desmembramento ocorreu muito por causa dessa questão da organização do centro de comercialização de cada município. No início, é... cada centro de comercialização trabalhava de uma forma, entende? Uma porcentagem aqui, outra lá, o jeito de se lidar com o produtor é diferente. Aí entrou a cooperativa... cooperativa tem que ser de uma maneira só, né? É um jeito só e acabou! Aí os centros de comercialização não queriam fazer do jeito que a cooperativa queria... e houve um descontentamento... houve uma cobrança pra fazer e eles não gostavam. Então... e isso que eu falei antes, é falta de saber lidar com as pessoas também. Tem centros de comercialização [em que] as pessoas são mais ásperas e assim, dá muito atrito. Na própria cooperativa deu atrito entre a diretoria e houve problema. Então a melhor maneira foi o desmembramento (José – Gestor da cooperativa).

No fragmento discursivo 012, inicialmente o gestor apresenta a organização dos centros de comercialização de cada município como principal motivação para o processo de desmembramento. No entanto,

ao utilizar a expressão “muito” ele deixa subentendido que este não era o único motivo. Desta maneira, deixamos que ele falasse livremente sobre o assunto, a fim de tentar compreender quais seriam os outros fatores envolvidos. O Sr. José deixou claro que em seu entendimento deve haver um padrão de trabalho nas diferentes unidades e isso é tratado de maneira impositiva, como pode ser visto na frase “cooperativa tem que ser de uma maneira só, né? É um jeito só e acabou!”. A frase destacada demonstra que não havia qualquer perspectiva de diálogo para buscarem algum entendimento a este respeito. Esta imposição, pelo que pudemos perceber, gerou cobrança por parte da cooperativa e descontentamento das demais unidades. O que se percebe através do dito pelo gestor é que, via de regra, as ações cotidianas que afrontam o formalmente estabelecido não são aceitas. No entanto, como nos apresenta Certeau (2000) através de articulação de ações particulares, os indivíduos criam o cotidiano a partir de suas próprias regras, por vezes contrárias ao formalmente estabelecido.

Entretanto, diante do que buscávamos, este fragmento discursivo foi revelador, uma vez que ao final da conversa o gestor disse: “Na própria cooperativa deu atrito entre a diretoria e houve problema”. Ao ouvi-lo dizer isso, percebemos que não era apenas a questão do custo para o trabalho da diretoria, nem mesmo o descumprimento das normas que estavam levando a cooperativa à separação. A conversa foi interrompida por um produtor que necessitava conversar com o Sr. José e ficamos, naquele dia, sem saber quais os atritos que haviam ocorrido entre os membros da diretoria. Após a conversa com o gestor da feira, no entanto a curiosidade foi ainda mais aguçada. Sabíamos que havia alguma coisa por trás daquelas palavras que não estava sendo dito por algum motivo. Percebíamos certa insegurança das pessoas ao falar do assunto o que deixava claro que existiam outros fatores envolvidos que, por algum motivo, não eram explicitados.

No entanto, uma entrevista esclareceu o que estávamos tentando entender naquele momento. O produtor que foi o primeiro presidente da cooperativa nos disse:

(013) Hoje eu tenho um sentimento ruim, uma dor em mim porque eu não continuei. Se eu tivesse continuado ela tava viva! Nós perdemos ela! Porque as unidades começaram a separar, separar... por brigas... porque cada um acha que é mais poderoso que o outro (Produtor Claudio).

Diante dessa afirmação, logo percebemos que de fato haviam mais fatores envolvidos no processo de desmembramento, além daqueles que até então tinham sido mencionados. Neste fragmento discursivo o produtor deixa claro o sentimento de perda que tem ao falar da separação que está ocorrendo na cooperativa. No primeiro momento a utilização do pronome pessoal “eu” denota a visão do enunciador de que é responsável pelos rumos que a organização tomou, uma vez que abriu mão de continuar na presidência. Logo após, o mesmo inclui os demais envolvidos ao empregar o pronome “nós”. No entanto, o que mais nos intrigou foi a última frase da qual fez uso neste fragmento ao falar dos motivos que acarretaram o desmembramento: “cada um acha que é mais poderoso que o outro.” Ao ouvir esta frase percebemos que haviam disputas de poder envolvidas. Era necessário, portanto, compreender as particularidades desse processo.

Em outro trecho da mesma entrevista começaram a se descortinar as razões que fizeram com que a cooperativa, composta inicialmente por cinco municípios, estar agora restrita à Nova Aurora.

(014) quando chegou um tempo... os últimos três anos que eu era presidente, chegou no último mês, na última reunião, tinha que começar a formar a diretoria, né? Primeiro, a base era feita nos diretores que tavam ali dentro... aí pediram pra mim: “Claudio, você vai ser presidente?” Eu falei: “de hoje em diante o caminho tá aberto pra quem quer ser candidato...” então, todos os diretores têm direito a ser candidato! É uma democracia! Correto? Eu sempre fui a favor da democracia... como eu não ia mais ser candidato, a secretária, que é uma pessoa capacitada, trabalhadora... meio brava, mas... Ela falou:

“eu posso sair candidata?” eu falei: “claro!”. No estatuto da cooperativa diz o seguinte: depois de seis meses, você pode votar e ser votada! Tá... então ela ia sair candidata, com o meu apoio. Quando vazou isso na mídia, dentro do município de Nova Aurora... “o Claudio não vai mais ser candidato e a Claudia vai ser, que é de Cafelândia... Como tem um ciúme da COPACOL, que a sede era pra ser em Nova Aurora e é em Cafelândia, virou uma briga política.”

Neste fragmento discursivo se torna explícito um tema que até então estava silenciado em relação ao desmembramento da cooperativa: os interesses políticos. A origem desta disputa, como enunciado pelo produtor, teve início na escolha da sede da COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata. Esta é uma grande cooperativa agroindustrial que mantém atividades no oeste do Paraná, e que escolheu ter sua sede em Cafelândia, em detrimento de Nova Aurora. Portanto, perder novamente a sede de uma cooperativa para o município vizinho é uma ideia que desagradou os detentores do poder político em Nova Aurora.

Outros pontos ainda se destacam no fragmento acima descrito: de início, analisando a partir da abordagem cereteuniana, foi possível identificar uma estratégia utilizada para a manutenção do poder na cooperativa, uma vez que como dito, os possíveis candidatos eram definidos pelos membros que já estavam na diretoria. O risco de “aparecer” alguém que estivesse fora desse círculo era reduzido. Ao utilizar a expressão “o caminho ‘tá’ aberto pra quem quer ser candidato”, o então presidente demonstrou não ter mais interesse em se manter no cargo e abre espaço para que novos nomes surjam.

No entanto, a partir do que pudemos compreender, o que não era esperado na época era o surgimento de um nome que não estava “programado” pelo grupo, ou seja, alguém que não era de Nova Aurora. Porém, isso aconteceu: a Sra. Cláudia, citada no fragmento 014, era uma produtora vinculada à cooperativa através do município de Cafelândia. A possibilidade de a sede da cooperativa ser transferida para outro município, e mais, Nova Aurora perder novamente a sede de uma cooperativa para Cafelândia, torna mais explícito os interesses políticos envolvidos. Como disse o produtor, uma ação relativamente simples de escolha da diretoria da cooperativa, por questões de disputas anteriores entre os municípios de Nova Aurora e Cafelândia, desencadeia “uma briga política.” A continuidade do depoimento do Sr. Claudio escancara esta questão:

(015) [...] Aí, eu virei o centro do alvo, né?...aí o rapaz da EMATER foi falar comigo. Fez uma briga. Falou com o prefeito... eles não aceitavam... aí eu tinha chamado três caras pra ser sucessor meu, aqui de Nova Aurora, ninguém quis ser candidato. Aí eu falei: “já que não tem outro candidato, Cláudia, você tá liberada!” Aí ela pediu pra mim: “Claudio você vai me dar apoio?” eu falei: “ó, Cláudia, vamos fazer o seguinte... você vai sair candidata e eu não dou apoio pra nenhum candidato, eu tô fora! Quem se candidatar luta por seus direitos!” ela falou “beleza então!” Eu falei: “Não é que eu não goste de você, mas se eu der apoio pra você... todo mundo é meu amigo, como é que eu vou fazer?” aí virou uma briga! Briga municipal! Aí me convidaram pra uma reunião, lá na sala do prefeito. Cheguei atrasado. Cheguei e sentei...sentei... minha cadeira tava reservada...pediram: “Como é que você deixa a cooperativa ir pra Cafelândia?” eu falei: “não, eu não to deixando... eu não to deixando a cooperativa ir pra Cafelândia! Nós somos sócios e os sócios tem direito de votar e ser votado!”. “Não, mas você deixou a Cláudia!” eu falei: “eu não deixei a Cláudia. Eu ofereci o cargo, vocês não quiseram! Por que agora vocês tão aqui? Por que no dia vocês não pegaram?” aí deu essa polêmica! (Produtor Claudio).

Neste fragmento discursivo o produtor deixa claro que a definição de nomes para a presidência é uma ação centralizada na diretoria da cooperativa e que ele ofereceu o cargo aos demais integrantes e não havia interessados. Notamos a figura do presidente como alguém que detém o poder de decidir se um produtor pode ou não se candidatar, uma vez que o produtor afirma que disse para a interessada no cargo: “já que não tem outro candidato, você está liberada”. Percebemos que as normas da cooperativa em relação ao assunto são claras, pois

estabelecem que qualquer cooperado – de qualquer município – pode votar e ser votado para o cargo de presidente. No entanto, quando houve a possível candidatura de uma cooperada de outro município, esta não foi aceita pelo grupo que comanda a cooperativa em Nova Aurora. Ao utilizar a expressão “eu virei o centro do alvo”, o produtor afirma que, por apoiar, ainda que não oficialmente a Sra. Claudia para o cargo de presidente, ele foi considerado culpado por uma possível mudança da sede da cooperativa para o município ao qual esta cooperada pertencia. Isso demonstra que conforme nos apresenta Santos (2004), quando os indivíduos não se subordinam passivamente ao instituído, tais ações são tidas como antidisciplina. Esta é chamada por Certeau (2000) de microrresistência. Essas ações tendem a ser duramente combatidas pelos detentores do poder formal, como vimos acontecer neste estudo.

A referida questão ganhou proporções de disputa municipal, como salienta o produtor, o então prefeito de Nova Aurora se envolveu pessoalmente no caso, convocando uma reunião entre os envolvidos. Ficou claro, portanto, que além do cumprimento de normas e regras o que levou à desestruturação da cooperativa foram disputas entre os municípios que a compõem. No final de nossa conversa o produtor demonstrou, novamente, um tom de amargura ao falar sobre o assunto:

(016) Então, hoje [a cooperativa] tá reduzindo em Nova Aurora, só... nós tínhamos sete ou oito municípios, vai reduzir só em Nova Aurora, por que? Por que entraram com a arrogância, né, de ser dono, de mandar... Só que quem jogava pedra no meu vidro, hoje tá quebrando o vidro dele né?... Porque eles criticavam, diziam que eu não controlava a cooperativa direito. Não é que eu não controlava, eu encontrei um monte de pessoas com mentalidades diferentes, que pensam que a sardinha é só deles... eles pensam: eu quero pegar pelo menos no rabo da sardinha, pelo menos no rabo né? Eu sofri aqui... eu sofri... (Produtor Claudio).

Neste fragmento discursivo chamou a atenção o tom de acusação utilizado pelo produtor. Ele deixou explícito que a cooperativa é alvo de disputas internas e mentalidade individualista, ao utilizar a expressão “pensam que a sardinha é só deles” e “eu quero pegar pelo menos no rabo da sardinha”. Fica claro, através dessas expressões que a cooperativa é usada para que os produtores alcancem objetivos individuais e isso perpassa a questão das relações de poder na instituição. Entendemos, a partir disso, o porquê era tão importante para eles manterem a sede no município de Nova Aurora. Distanciar a sede significava distanciar-se do poder e dos benefícios que poderiam alcançar através da cooperativa.

Após a realização da Assembleia Extraordinária na qual foi definido o desmembramento das unidades da cooperativa, o presidente da instituição falou a respeito do assunto e confirmou as afirmações acima mencionadas. Ele, neste dia, demonstrou claramente que o poder público tem interesses em relação à manutenção da cooperativa, através da reprodução da fala do então prefeito, que teria dito: “se a presidência sair daqui, aí eu não colaboro mais com a cooperativa”. Ele ainda salientou que aceitou ser candidato à presidência para que não houvesse disputa e assim fosse mantida a união das unidades da cooperativa. Pelo que pudemos compreender em campo, a produtora de Cafelândia, que pretendia o cargo, foi impelida a desistir por pressões dos membros de Nova Aurora e de alguns de seu município. Para evitar o confronto, ela optou por deixar que apenas um grupo fosse candidato. No entanto, posteriormente, encabeçou o movimento para o desmembramento das unidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ingressar no ambiente cooperativo para este estudo, não tínhamos a ilusão de encontrar um local em que todos trabalhassem em conjunto, visando um objetivo comum, como prega o conceito de organizações cooperativas, uma vez que em nossas pesquisas para compor o referencial teórico deste trabalho, identificamos que esta forma de atuação desde a sua concepção pouco foi praticada. No entanto, o que pudemos visualizar foram ações que em nada representam o ideal cooperativo, mesmo que analisemos sob a perspectiva utópica, atualmente defendida por Paul Singer, de que as cooperativas devem inserir-se no ambiente capitalista e que o ideal solidário não visa a supressão do mesmo. O que vimos foi uma organização totalmente atrelada ao ambiente do capital.

Pudemos compreender neste estudo, portanto, que as organizações cooperativas em seu cotidiano apresentam realidades diferentes do discurso que se criou para as mesmas, que preconiza que o crescimento coletivo é o seu principal objetivo. Como pudemos apreender, a partir das análises realizadas, desde o processo de concepção da cooperativa, os interesses de cooperados e da instituição são os mesmos, ambos visam o crescimento individual. A empresa cooperativa busca resultados financeiros positivos, enquanto os produtores esperam que a mesma possibilite que tenham espaço para a venda de seus produtos e, conseqüentemente, resultados individuais positivos. Não se trata de uma atividade de mútua cooperação, mas de jogo de interesses.

Diante deste contexto, pudemos identificar o discurso que emerge a partir das ações tomadas por cooperados e cooperativa. Tal discurso é alienante e torna-se difícil aos indivíduos se desvencilharem dele. Foi o que vimos no ambiente estudado. Tanto cooperados quanto a instituição agem a partir dos princípios do discurso hegemônico do capitalismo. Logo, o discurso de ajuda mútua vale apenas enquanto os interesses individuais não são afetados. Quando estes entram em cena, são os que prevalecem, ainda que nenhuma das partes confirme isso explicitamente.

Logo, as organizações cooperativas que surgiram como resposta ao sistema capitalista emergente, não conseguiram dar essa resposta de maneira adequada. O cooperativismo, de maneira geral, como vimos não conseguiu alcançar o objetivo ao qual se propôs tanto na perspectiva científica quanto utópica. A ideologia capitalista, claramente, invadiu o ambiente de cooperação. Destarte, a cooperativa não consegue minimizar os efeitos do capitalismo que leva os indivíduos a tomarem ações que denotam individualismo e competição, como pude ver na cooperativa que foi objeto deste estudo.

Este trabalho traz, portanto, contribuições no sentido de compreender como questões do cotidiano impactaram nas relações de poder no ambiente pesquisado, determinando o declínio do modelo construído para a gestão da feira. De maneira geral, pudemos ver que essas questões não ficaram restritas apenas aos detentores formais do poder, uma vez que o processo que culminou no desmembramento da cooperativa foi articulado também pelos produtores cooperados, que do seu “lugar próprio” estão agindo na correlação de forças existente na organização ora estudada.

Artigo submetido para avaliação em 29/10/2014 e aceito para publicação em 06/07/2015

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARRETO, R. O.; PAES de PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 7, nº 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Jun. 2009.

BEER, M. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. Trad.: Horácio de Melo. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAMPOS, G. L. R. **Trabalho Precário, Terceirização e Cooperativas de Trabalho**: Quando “Estar Juntos” Se Torna Uma Forma Coletiva e Precária de Inclusão Social. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2009, 210p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DIAS, N. G. **Vocabulário temático cooperativo**: estudos, contribuições, terminologia específica e genérica. Lisboa: Instituto “Antonio Sérgio” do Sector Cooperativo, 1987.

DURAN, M. C. G. Maneiras de Pensar o Cotidiano com Michel De Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007, p. 115-128.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo**: primeiras lições. 4. ed. Brasília: SESCOOP, 2010.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995, p. 20-29.
HARVEY, D. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SINGER, P. (Org.). **Economia solidária**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 13 out 2013.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, E. E.; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

NOVAES, H. T. **Retorno do caracol a sua concha**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, T. C. **O desenvolvimento das cooperativas de trabalho no Brasil**. São Paulo: OCB, 1984.

OLIVEIRA, B. A. M. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: Casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, agricultura e sociedade, 2006, 175p.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 7 ed, 2013.

PECHÊUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al). 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PINHO, D.B. **Avaliação do cooperativismo brasileiro**. Belo Horizonte: Fundec, 1980.

QUARESMA JÚNIOR, E. A.; PEIXOTO, D. L.; CARRIERI, A. P. A cristalização de uma microrrevolução francesa: o caso das cooperativas de Salinas-MG. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 14, N. 6, Edição Especial, São Paulo, Nov./Dez. 2013, p. 162-183.

RÊGO, E. E.; MOREIRA, E. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. **OKARA: Geografia em debate**, v.7, n.1, p. 63-80, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2004.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 114-198.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

SERRA, E. Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista. **Bol. De Geografia – UEM**, Ano 5, Nº 1, mar. 1987, p. 53-69.

SERRA, E. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, p.139-153.

SERVA, M.; JAIME JR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE**, São Paulo, v.35, n.1, mai/jun 1995, p. 64-79.

SILVA, E. F. **Economia solidária e o direito**: da utopia à colonialidade. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2011, 200p.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, 2004, p. 07-22.